

# Processos de Organicidade e Integração da Educação Brasileira

Marcelo Máximo Purificação  
Elisângela Maura Catarino  
Paulo Cezar Borges Martins  
(Organizadores)

# Processos de Organicidade e Integração da Educação Brasileira

Marcelo Máximo Purificação  
Elisângela Maura Catarino  
Paulo Cezar Borges Martins  
(Organizadores)

 **Atena**  
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação:** Natália Sandrini de Azevedo

**Edição de Arte:** Luiza Batista

**Revisão:** Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof<sup>a</sup> Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Prof<sup>a</sup> Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof<sup>a</sup> Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Prof<sup>a</sup> Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof<sup>a</sup> Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Prof<sup>a</sup> Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof<sup>a</sup> Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
P963	<p>Processos de organicidade e integração da educação brasileira 1 [recurso eletrônico] / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Elisângela Maura Catarino, Paulo Cezar Borges Martins. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF            Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader            Modo de acesso: World Wide Web            Inclui bibliografia            ISBN 978-65-5706-156-5            DOI 10.22533/at.ed.565202906</p> <p>1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.            3. Educação – Pesquisa – Brasil. I. Purificação, Marcelo Máximo.            II. Catarino, Elisângela Maura. III. Martins, Paulo Cezar Borges.            CDD 370.710981</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior   CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

Caríssimos leitores, apresentamos a vocês o volume 1 da obra “Processos de Organicidade e Integração da Educação Brasileira”. Um espaço plural de diálogos, haja vista, a amplitude e abrangência da temática em questão. A Educação, em todos os seus seguimentos é cercada de desafios, e esses, na maioria das vezes vão além dos espaços escolares e estão intrinsicamente ligados a sociedade como um todo.

Uma obra, organizada em 17 capítulos que versam sobre a organicidade e integração da educação em vários contextos e temáticas, trazendo à tona resultados de pesquisas e trabalhos diversos desenvolvidos por pesquisadores nos mais diferentes contextos. Socializar esses resultados, é propagar conhecimentos, que por sua vez, é de vital importância para que a educação cumpra seu papel social.

Uma obra, cercada pela experiência e pela prática de pesquisadores que promovem o diálogo da educação com as tecnologias e seus artefatos, o que pode ser visto, como uma possibilidade de colaboração no aprimoramento de estratégias e aprendizagens, que podem vir contribuir no desenvolvimento de alunos e dos profissionais da educação. A riqueza e amplitude dos capítulos nos leva a refletir sobre: juventude, gênero, violência, assédio, estratégias de ensino, metodologias ativas, gestão, leitura, educação especial, ensino superior, planejamento estratégicos dentre outros. Isto dito, desejamos a todos, uma boa leitura.

Marcelo Máximo Purificação  
Elisângela Maura Catarino  
Paulo Cezar Borges Martins

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
IMPORTÂNCIA DE EVENTOS ESCOLARES PARA O COMPLEMENTO DO ENSINO-APRENDIZAGEM DE JOVENS CARENTES	
Annelise Cabral Marina dos Reis Oliveira Gylles Ricardo Stroher Gisely Luzia Stroher	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5652029061</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>11</b>
VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO TRABALHO: O ASSÉDIO SEXUAL EM UMA UNIVERSIDADE FEDERAL	
Jéssica Schmidt Sheila Kocourek	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5652029062</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>26</b>
VIVECÊNCIA NA MONITORIA DE MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO EM NUTRIÇÃO: FORMAÇÃO ACADÊMICA COM RECONHECIMENTO DAS HABILIDADES DOS DISCENTES	
Emanuel Rodolfo da Silva João Paulo dos Reis Gonçalves Nascimento Sebastião Rogério de Freitas Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5652029063</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>32</b>
USO DO JOGO DE TABULEIRO GIGANTE COMO METODOLOGIA ATIVA PARA O ENSINO E APRENDIZADO	
Gerlanny Mara de Souza Lopes Arthur Menezes Medeiros de Albuquerque Lucas Ponte Teixeira Danilo Silva Alves Sthefani da Costa Penha Ana Mariany Barreto Cardoso Régia Maria Cordeiro Brito Rebouças Layla Wynny Aragão Lima Martins Leonardo Felipe da Silva Matheus Firmino de Moraes Lia Silveira Adriano Carolinne Reinaldo Pontes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5652029064</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>38</b>
USO DE WEBSITE COMO ESTRATEGIA DE ENSINO NO MÓDULO DE METABOLISMO DO CURSO DE MEDICINA	
Samy Lima Carneiro Hyvinna Suellen de Oliveira Silveira Mateus Bonfim Costa Daniel Kevin de Alencar Forte Feijó Sofia Campelo Pereira Tomás Gurgel Sampaio de Sousa Francisca Dayanne Barreto Leite Fernando Lima Lopes Filho	

Emerson Chaves Correia Filho  
DOI 10.22533/at.ed.5652029065

**CAPÍTULO 6 ..... 45**

UM OLHAR SOBRE A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

Rizolanda Luiza Vauthier

DOI 10.22533/at.ed.5652029066

**CAPÍTULO 7 ..... 59**

UM OLHAR PARA OS NOVOS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO

Patrícia Torelli Santos Arimura

DOI 10.22533/at.ed.5652029067

**CAPÍTULO 8 ..... 67**

SOCIOLOGIA E LITERATURA NA SALA DE AULA: O RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA INTERDISCIPLINAR NA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR JAIR TOLEDO XAVIER

Kassiano César de Souza Baptista

DOI 10.22533/at.ed.5652029068

**CAPÍTULO 9 ..... 75**

IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES EM UMA UNIVERSIDADE FEDERAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL: SOB A VISÃO DA TEORIA UNIFICADA DE ACEITAÇÃO E USO DA TECNOLOGIA

Rosana Cláudia Smék Batista

Rosália Maria Passos da Silva

Gleimíria Batista da Costa Matos

Rosalina Alves Nantes

DOI 10.22533/at.ed.5652029069

**CAPÍTULO 10 ..... 94**

SERVIÇO ESPECIALIZADO DE ATENÇÃO MULTIPROFISSIONAL AO AUTISTA (SEAMA) DOURADOS/MS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Kaio da Silva Barcelos

Morgana de Fátima Agostini Martins

Priscila de Carvalho Acosta

Emerson Henklain Ferruzzi

DOI 10.22533/at.ed.56520290610

**CAPÍTULO 11 ..... 99**

REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE: A PRÁTICA ARTÍSTICA EM SALA DE AULA

Michael Santos Silva

Juliana Marcondes Bussolotti

DOI 10.22533/at.ed.56520290611

**CAPÍTULO 12 ..... 110**

RECOMPILANDO O FUTURO: O PENSAMENTO COMPUTACIONAL COMO PARTE DO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO DE DETENTOS

Fábio Ventrím Siqueira

Márcia Gonçalves de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.56520290612

<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>122</b>
QUE CONTRIBUIÇÕES O PROGRAMA PIBID PROPORCIONOU À FORMAÇÃO DAS ALUNAS PARTICIPANTES?	
Andreza Gessi Trova Margarete Bertolo Boccia	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56520290613</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>135</b>
QUAL O PERFIL DOS ALUNOS QUE QUEREMOS NO ENSINO SUPERIOR?	
Jemmla Meira Trindade Moreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56520290614</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>145</b>
QUALIDADE NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: A VISÃO DOS ESTUDANTES	
Marília Ribas Machado Andressa Sasaki Vasques Pacheco Alex Fabiano Wehrle	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56520290615</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>158</b>
PORTAL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS EM UM <i>WEBSITE</i> ACESSÍVEL	
Otávio Soares Papparidis Ligiane Aparecida Florentino Maria Cristina da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56520290616</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>171</b>
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: O CASO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	
Bruno Ocelli Ungheri Héber Eustáquio de Paula Kelerson Mauro de Castro Pinto Lenice Kappes Becker Oliveira Paulo Ernesto Antonelli Renato Melo Ferreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56520290617</b>	
<b>SOBRE OS ORGANIZADORES</b> .....	<b>184</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>186</b>

## VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO TRABALHO: O ASSÉDIO SEXUAL EM UMA UNIVERSIDADE FEDERAL

Data de aceite: 01/06/2020

Jéssica Schmidt  
Sheila Kocourek

**RESUMO:** Alguns avanços nas políticas de prevenção e repressão à violência contra as mulheres ocorreram, principalmente, no âmbito doméstico e intrafamiliar. Contudo, no ambiente de trabalho as mulheres também sofrem violências, sendo o assédio sexual uma das suas principais formas. Diante de denúncias e da eminente discussão da temática na Universidade, esta pesquisa buscou contribuir com a discussão sobre o assédio sexual contra as mulheres nas relações de trabalho na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), *campus* Santa Maria, RS. O trabalho consistiu, pois, em um estudo de caso, com abordagem quantitativa e qualitativa, e caráter descritivo. Aplicou-se um questionário que utiliza a Escala de Crenças sobre Violência Sexual (ECVS), de Martins *et al.* (2012), cujos dados foram analisados estatisticamente; e também realizou-se entrevista semiestruturada com duas gestoras da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFSM, as quais passaram por análise de conteúdo. Os resultados da pesquisa

indicaram que os servidores e servidoras não são tolerantes à violência sexual, no entanto, sugere-se que a Universidade possua um local para atendimento multidisciplinar das vítimas, bem como promova ações preventivas visando à orientação para homens e mulheres que trabalham na Instituição.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência contra as mulheres. Assédio sexual. Trabalho.

### VIOLENCE AGAINST WOMEN AT WORK: SEXUAL HARASSMENT IN A FEDERAL UNIVERSITY

**ABSTRACT:** Some advances in policies for the prevention and repression of violence against women occurred mainly in the domestic and intrafamily scope. However, in the work environment women also suffer violence, with sexual harassment being one of their main forms. Faced with complaints and the eminent discussion of the theme at the University, this research sought to contribute to the discussion on sexual harassment against women in labor relations at the Federal University of Santa Maria (UFSM), Santa Maria campus, RS. The work therefore consisted of a case study, with a quantitative and qualitative approach, and a descriptive character. A questionnaire was

applied using the Scale of Beliefs on Sexual Violence (ECVS), by Martins et al. (2012), whose data were analyzed statistically; and a semi-structured interview was also conducted with two managers from the Pro-Rectorate for People Management at UFSM, who underwent content analysis. The results of the research indicated that civil servants are not tolerant of sexual violence, however, it is suggested that the University has a place for multidisciplinary care for victims, as well as promoting preventive actions aimed at guiding men and women working in the Institution.

**KEYWORDS:** Violence against women. Sexual harassment. Work.

## 1 | INTRODUÇÃO

No Brasil, alguns avanços nas discussões sobre a temática da violência contra as mulheres têm acontecido por contribuição dos movimentos sociais, principalmente os feministas. Maria Celeste Landerdahl (2015) explica que a Secretaria de Políticas para as Mulheres, criada em 2002 com a denominação de Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, é que conduzia as discussões em espaços populares, como as Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, surgidas a partir de 2004, e realizava proposições, referenciadas pelo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, para o enfrentamento à violência e às desigualdades de gênero.

Nessa trajetória, outro marco importante resultante de discussões sociais foi a promulgação da Lei nº. 11.340, de 2006, a chamada Lei Maria da Penha. Ela estabelece que todo caso de violência doméstica e intrafamiliar contra a mulher é uma forma de violação dos direitos humanos, podendo se manifestar como violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Desde a promulgação dessa Lei e a criação de delegacias específicas para receber e investigar denúncias dessas formas de violência, muitos casos foram revelados. Contudo, não é apenas na esfera familiar que a violência contra a mulher se manifesta, embora a maioria dos dados reportados sejam os do ambiente doméstico. (BRASIL, 2006)

Dados sobre a violência contra as mulheres no ambiente universitário foram levantados em uma pesquisa do Instituto Avon/Data Popular, realizada em 2015, com estudantes de graduação e pós-graduação em universidades públicas e privadas. Entre as alunas entrevistadas, 42% afirmaram que já tinham sentido medo de sofrer violência na universidade, 67% que já tinham sido submetidas a pelo menos um tipo de violência na instituição, e 56% admitiram terem sofrido assédio sexual no ambiente universitário (INSTITUTO AVON, 2015).

Também no local de trabalho as mulheres enfrentam situações violentas, as quais têm sido objeto de pesquisas (QUEIROZ, DINIZ e MELO, 2011; FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2010; WAISELFISZ, 2015). No entanto, para Maria Ilidiana Diniz (2017, p. 1)

o tema das violências contra as mulheres no âmbito do trabalho, em especial o assédio sexual e moral, mesmo sendo uma questão tão presente e relevante no cotidiano das trabalhadoras brasileiras, raramente é foco de discussão, seja na produção científica e/ou pesquisas acadêmicas, nos processos de negociações coletivas ou mesmo na elaboração de leis e regulamentos.

Uma das principais formas de violência vivenciadas pelas mulheres no espaço de atuação profissional é o assédio sexual. Segundo Diniz (2018, p. 285), assédio sexual é definido como o “ato de constranger alguém com gestos, palavras ou emprego de violência prevalecendo-se das relações de confiança, de autoridade ou empregatícia, com um escopo de obter vantagem sexual”. Isabel Dias (2008) indica que se trata de um comportamento não desejado pela destinatária ou destinatário, que ofende a sua integridade física e moral, o seu desempenho e progresso profissionais, violando o seu direito, constitucionalmente garantido, ao trabalho e ao emprego em igualdade de circunstâncias.

Pesquisa sobre o assédio sexual entre as mulheres, realizada pelo Instituto Datafolha, em novembro de 2017, com mais de 1.400 mulheres, indicou que 42% das brasileiras já sofreram assédio sexual. Embora seja nas ruas e no transporte público que elas são mais assediadas, 15% das entrevistadas declararam ter sofrido assédio sexual no ambiente de trabalho (INSTITUTO DATAFOLHA, 2018).

A discussão do assédio sexual é realizada em grupos de pesquisa e estudos e, institucionalmente ganha fôlego na UFSM por meio da Pró-Reitoria de Extensão (PRE/UFSM), com a constituição da Comissão de Políticas de Igualdade de Gênero da UFSM, designada pela Portaria nº. 85.895, de 22 de setembro de 2017. A comissão elaborou uma proposta institucional para prevenção e acolhimento às vítimas de violência, especialmente no que tange às vítimas de assédio sexual, porém ainda não foi aprovada na instituição.

Diante da trajetória da UFSM na discussão do assédio sexual, e considerando a participação das autoras nos espaços de reflexão sobre a temática, surgiram as questões desta pesquisa: as servidoras e os servidores da UFSM são tolerantes à violência sexual? Como a instituição trata o assédio sexual contra as suas trabalhadoras?

Para responder a essas questões, realizou-se uma pesquisa exploratória, de cunho descritivo, com análise quantitativa e qualitativa. Através de um questionário baseado na Escala de Crenças sobre Violência Sexual (ECVS), proposta por Martins *et al.* (2012), analisou-se a tolerância das servidoras e servidores quanto à violência sexual e investigou-se a incidência de assédio sexual entre as trabalhadoras. Além disso, realizou-se uma entrevista com duas gestoras da PROGEP, o que possibilitou entender o processo de atenção às vítimas de assédio sexual no âmbito da UFSM. A partir dessas informações, foram elaboradas propostas que poderão ser implementadas pela instituição com vistas a prevenir e combater o assédio sexual nas relações de trabalho, como também aprimorar o processo de acolhimento às vítimas.

## 2 | A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

A violência é tema de investigação em muitos estudos e pesquisas. Porém, mesmo sendo observada cotidianamente na sociedade, muitas vezes não há reflexão sistemática sobre ela. Marilena Chauí (2017) fala do costume de relacionar a violência à criminalidade, porém o sentido do termo violência é muito mais amplo. Teles e Melo (2012, p. 13) elucidam que:

violência, em seu significado mais frequente, quer dizer uso da força física, psicológica ou intelectual para obrigar outra pessoa a fazer algo que não está com vontade; é constranger, é tolher a liberdade, é incomodar, é impedir a outra pessoa de manifestar seu desejo e sua vontade, sob pena de viver gravemente ameaçada ou até mesmo espancada, lesionada ou morta. É um meio de coagir, de submeter outrem ao seu domínio, é uma violação dos direitos essenciais do ser humano.

A violência contra as mulheres, explicam Teles e Melo (2012), refere-se ao ato violento praticado contra a mulher apenas e simplesmente pela condição de ser mulher e “significa a intimidação da mulher pelo homem, que desempenha o papel de seu agressor, seu dominador e seu disciplinador” (TELES e MELO, 2012, p. 17). Essa violência foi, durante muitos séculos, silenciada e ignorada.

No entanto, as lutas feministas deram visibilidade à temática, cobrando políticas públicas e debatendo o assunto para que as mulheres deixassem de naturalizar a violência sofrida. Fukuda (2012) explica que os estudos sobre violência contra a mulher iniciaram pelos anos 70, a partir do aumento da participação feminina no trabalho formal e a possibilidade de as mulheres conversarem entre si sobre as opressões vivenciadas em casa, na rua e no trabalho.

A pesquisa intitulada “A voz das redes: o que elas podem fazer pelo enfrentamento das violências contra as mulheres”, do Instituto Avon em parceria com a Folks Netnográfica identificou que o debate sobre as violências contra as mulheres se intensificou no ambiente digital entre 2015 e 2017. Os dados da pesquisa foram coletados em 2017 e indicaram que o termo “assédio” foi o 26º assunto mais comentado na internet no Brasil naquele ano. (INSTITUTO AVON; FOLKS NETNOGRÁFICA, 2018)

Outro importante dado apontado por esse estudo revela que quem sofre a violência é quem menos fala nas redes. Do universo de interações e menções sobre assédio e violência, apenas 3% corresponderam às vítimas. Também foi revelado que, dentre os homens que se manifestam nos relatos e comentários, 61% deles têm atitudes agressivas e/ou desqualificadoras (INSTITUTO AVON e FOLKS NETNOGRÁFICA, 2018). Isso mostra o quanto é difícil para as mulheres se reconhecerem como vítimas, expondo seus casos, e o quanto ficam vulneráveis a julgamentos quando expõe a violência sofrida.

Esses dados também evidenciam um aspecto importante quando se trata da temática da violência contra as mulheres: a atribuição da culpa da agressão à vítima. Nascimento (2016) explica que a associação da mulher ao pecado em um país com uma colonização

cristã como o Brasil, além da imposição da sujeição feminina aos homens, são elementos centrais para o entendimento da cultura do estupro, que leva à culpabilização das vítimas. A autora acrescenta que as mulheres,

por serem ‘naturalmente’ pecadoras – representação que muitas vezes se traduz em palavras como ‘vadias’ ou ‘vagabundas’ –, são vistas como aquelas que provocam luxúrias e, por isso, podem incitar nos homens atos ‘descontrolados’, já que estes, por ‘natureza’, são mais fracos às ‘tentações da carne’. (NASCIMENTO, 2016, n.p.)

Em vista disso, as próprias mulheres sentem-se culpadas, acreditando que podem ter “causado” a agressão ou “provocado” o homem que as agrediu. No entanto, esse sentimento de culpa é fruto da cultura do estupro, termo utilizado, segundo LIMA (2017, p. 8), para caracterizar

um ambiente cultural em que leis, normas, valores e práticas favorecem a violência sexual contra a mulher, com base nas desigualdades de gênero, que fazem com que homens considerem mulheres sua propriedade e objeto natural de uma sexualidade exacerbada e violenta. A cultura do estupro articula representações sociais que naturalizam a violência sexual, culpando a vítima pelas agressões sofridas, e implica em sentimentos misóginos e machistas, banalizando uma das formas mais deploráveis de violência contra as mulheres.

O conceito de cultura do estupro também teve seu surgimento registrado pelo Movimento Feminista norte-americano, em torno do ano de 1970. Conforme Andrade (2005), ele já existia antes dessa data e segue embasando o pensamento social atual, inclusive as decisões do sistema de justiça criminal. A autora afirma que, na prática, o Sistema de Justiça Criminal mantém a estrutura patriarcal em suas práticas, pois estereotipa vítimas e criminosos. (ANDRADE, 2005)

Para complementar, Lima (2017, p. 13) discorre sobre a culpabilização das mulheres e a tolerância à atitude dos agressores. A autora explica que entre os argumentos alegados pelos sacerdotes para minimizar a culpa dos agressores estão, “de um lado, a ‘fragilidade do corpo’, que remete à sua incapacidade, como homens, de resistir à tentação feminina; e, de outro, o comportamento imoral da vítima”.

Este “comportamento imoral da vítima” (LIMA, 2017, p.13) é traduzido atualmente como o modo como a mulher se veste, sua maneira de dançar, lugares que frequenta, horários em que está sozinha em local público etc. Os julgamentos são muitos, sempre fundamentados na provocação feminina e na dificuldade dos homens em resistir à tentação da carne.

No entanto, campanhas, em especial na internet e redes sociais, têm sido realizadas sob o viés de que a culpa nunca é da vítima, com o intuito de alertar para a existência desta cultura que culpabiliza a mulher e atuar no sentido de desconstruí-la. A página da internet Think Olga (2018, n.p.) explica que “a prevalência da cultura machista na sociedade coisifica a mulher, que tem que ter um determinado comportamento, maneira de se vestir, lugares corretos para frequentar”; no entanto, sabe-se que a violência ocorre, em maior parte, no ambiente doméstico, sendo causada por pessoas conhecidas da vítima

(THINK OLGA, 2018). Por consequência, em casos de estupro, assim como em casos de assédio sexual, ocorre que:

1. A mulher muitas vezes não reconhece [...], de tão naturalizada a violência sexual;
2. A vítima se culpa pela violência;
3. A certeza da impunidade estimula a prática de novos abusos. (THINK OLGA, 2018, n.p.)

Um levantamento realizado pela Artigo 19, uma Organização Não-Governamental (ONG) de Direitos Humanos presente em vários países, solicitou dados de assédio a duas universidades públicas de São Paulo. O objetivo era conhecer a quantidade de denúncias de estupro recebidas de 2012 a 2014 por estas instituições de ensino. Além disso, a ONG questionava sobre a penalização dos acusados, se ela ocorreu e como se deu (ARTIGO 19, 2016).

As duas universidades envolvidas na pesquisa informaram apenas dois casos registrados no período em cada uma delas. Relataram, também, que em nenhum dos casos ocorreu abertura de processo administrativo, ou seja, não houve investigação, nem punição (ARTIGO 19, 2016). Percebe-se com isso que, embora as mulheres afirmem sofrer assédio sexual no ambiente universitário, as universidades não têm registros de que isso ocorre.

Outra pesquisa, realizada por Queiroz, Diniz e Melo (2011), objetivou identificar as violências sofridas pelas comerciárias no Rio Grande do Norte. As autoras descobriram um elemento importante que perpassa essa problemática: a certeza da impunidade. Elas detectaram que muitas mulheres convivem diariamente com a violência e que acabam não denunciando os agressores por não acreditarem que eles serão punidos.

Uma cartilha elaborada pela Subcomissão de Gênero com a participação da comissão de ética do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil, em 2009, destaca que, normalmente, o ambiente de trabalho é mais cruel para as mulheres em razão da discriminação e assédios moral e sexual. O documento salienta ainda a sutileza desses assédios, que geralmente são exercidos por homens que ocupam posição hierárquica superior (BRASIL, 2009).

Isso ocorre porque, dentro das organizações, as relações sociais são reproduzidas, conforme afirmam Rosa e Brito (2009, p. 630). Os autores explicam que “a organização assume *status* de microcosmo social, que tende a reproduzir, de forma particular, o contexto mais amplo representado pela sociedade”. Portanto, no local de trabalho existe a reprodução de muitas das situações verificadas na sociedade, dentre elas a violência contra as mulheres, a qual foi conduzida do âmbito doméstico para o público.

## 2.1 O Assédio Sexual

Desde 2001, o assédio sexual é crime no Brasil, conforme consta no Código Penal. Em seu artigo 216-A, o assédio sexual é definido como o ato de “constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função” (BRASIL, 1940).

Barros (2006) explica que o assédio sexual pode ocorrer de forma verbal, física e não verbal. A primeira diz respeito aos convites reiterados para sair, pressões sexuais sutis ou grosseiras, telefonemas obscenos, comentários inoportunos de natureza sexual. A forma física se manifesta por meio de toques, encurrallamento dentro de um espaço, apertos, esbarrões propositais, apalpadelas, agarramentos. E, por fim, a não verbal é caracterizada por olhares sugestivos, exposições de fotos e textos pornográficos seguidos de insinuações, passeios frequentes no local de trabalho ou diante do domicílio da vítima, perseguição da pessoa assediada, exibicionismo, entre outros.

Publicações como a cartilha do MPT foram realizadas, inicialmente, pelos sindicatos de diferentes categorias profissionais, muito antes das discussões tomarem as proporções atuais. Os sindicatos orientavam as trabalhadoras sobre como agir e identificar o assédio sexual e se colocavam como suporte na hipótese de que algum caso ocorresse.

É importante destacar que o conceito de assédio sexual foi utilizado, inicialmente, por feministas americanas, nos anos 70, para se referir às condutas masculinas observadas no ambiente de trabalho. No âmbito jurídico, o conceito foi introduzido por Catharine MacKinnon, também nos Estados Unidos, em 1979. Já nos países europeus, em meados dos anos 80, foi reconhecida a importância da questão sobretudo no ambiente de trabalho (HIRATA, 2009).

Mundialmente, o assunto passou, a partir dos anos 2000, a ser cada vez mais noticiado. Escândalos envolvendo homens famosos trouxeram diversos relatos de abusos cometidos contra mulheres no ambiente de trabalho. Esses casos deram origem a diferentes campanhas que, além de dar visibilidade à questão, ainda trouxeram informações para encorajar as mulheres a denunciar.

As campanhas *#Metoo*, *#Mexeucomumamexeucomtodas* e *#Deixaelatrabalhar* geraram repercussão e debate nas redes sociais. A jornalista Vitória Régia da Silva explica que “as campanhas virtuais de conscientização e combate ao assédio são grandes responsáveis pelo aumento do debate sobre o tema nas redes” (SILVA, 2018, n.p.).

Na UFSM, o debate sobre as violências contra as mulheres, em especial o assédio sexual, tem sido alavancado pelos grupos de mulheres estudantes e trabalhadoras e pelos sindicatos, por meio da promoção de rodas de conversa, cursos, palestras, grupos de trabalho e pesquisa e outras atividades. Percebe-se que, nos últimos cinco anos, o tema assédio sexual tem sido mais explorado pela administração central.

A discussão aprofundada da temática é recente, tanto dentro quanto fora da UFSM, porém as mulheres estão cada vez mais conscientes de que o assédio sexual não é normal e não deve ser tolerado. A mídia e as redes têm colaborado neste sentido, tanto quando apresentam as notícias, quanto no momento em que mostram os casos em que os homens foram criminalizados e/ou as empresas responsabilizadas, porque não basta identificar o assédio e denunciá-lo se não houver a responsabilização dos agressores.

### 3 | PERCURSO METODOLÓGICO

O estudo é do tipo descritivo, que “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2007, p. 44). No caso, o fenômeno considerado é o assédio sexual contra as trabalhadoras da UFSM. Do ponto de vista da forma de abordagem do problema, essa pesquisa classifica-se como quantitativa e qualitativa. Além disso, é uma pesquisa de caráter exploratório, já que não foram encontrados estudos sobre esse tema envolvendo essa população específica.

Trata-se, pois, de um estudo de caso, já que irá abarcar uma instituição com vistas a revelar a sua realidade. Será utilizada como estratégia de pesquisa uma *survey*, a qual busca informações junto a grupos que são diretamente interessados no tema. Este tipo de pesquisa possibilita a obtenção de dados e opiniões de um grupo específico, por meio de questionários que garantem o anonimato da pessoa respondente (GIL, 2007). Como a pesquisa envolve seres humanos, foi necessária a aprovação do Comitê de Ética da UFSM, obtida em 11 de julho de 2018, com a emissão do parecer consubstanciado número 2.766.298.

A etapa quantitativa utilizou a Escala de Crenças sobre Violência Sexual (ECVS), adaptada e aferida por Martins *et al.* (2012), por meio da qual se verificou o grau de tolerância das servidoras e dos servidores com relação à violência sexual. O questionário elaborado a partir desta Escala foi disponibilizado pelo Sistema de Questionários da UFSM para as servidoras e servidores em atividade no *campus* sede, exceto aquelas e aqueles que trabalham no HUSM. Para a análise dos dados, utilizou-se o *software* SPSS20 (*Statistical Package for Social Science*), no qual obteve-se análise descritiva e fatorial exploratória, de acordo com Hair *et al.* (2005)

Para a etapa qualitativa da pesquisa, realizou-se uma entrevista semiestruturada com duas gestoras da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, com o intuito de obter informações acerca da atenção que vem sendo dispensada às vítimas de assédio sexual na UFSM. O diálogo, previamente agendado, ocorreu no dia 14 de setembro de 2018, e foi registrado por meio de gravação de áudio, que passou, posteriormente, por transcrição e Análise de Conteúdo, conforme Laurence Bardin (2016), possibilitando a sistematização das informações coletadas.

## 4 | APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Os dados obtidos dos 544 respondentes ao questionário foram analisados no *software* SPSS20 (*Statistical Package for Social Science*), onde efetuou-se a análise da média e desvio-padrão de cada uma das variáveis. A escala continha cinco opções de resposta para cada variável, sendo elas: 1, discordo totalmente; 2, discordo; 3, não concordo e nem discordo; 4, concordo; ou 5, concordo totalmente. Percebe-se que a média das variáveis ficou entre 1 e 2, ou seja, as pessoas, em geral, assinalaram discordo ou discordo totalmente quando responderam às questões propostas no instrumento, demonstrando não concordarem com as afirmações. Já o desvio-padrão ficou abaixo de 1 em todas as questões, demonstrando pouca variação nas respostas. Essas respostas indicam que as pessoas respondentes tem baixa tolerância à violência sexual.

Posteriormente à análise descritiva, buscou-se explorar os dados através da análise fatorial exploratória. Para isso, foram utilizadas as 30 questões da ECVS, com o objetivo de verificar possíveis associações entre as variáveis e a possibilidade de agrupá-las em fatores comuns, facilitando a interpretação dos dados.

Primeiro, para avaliar a fatorabilidade dos dados, foi necessário verificar o índice de Kaiser-Meyer Olkin (KMO) e do Teste de Bartlett. O KMO apresentou um coeficiente de 0,950 e o teste de Bartlett apresentou resultado significativo (SIG 0,000), indicando que os dados poderiam ser utilizados. Em seguida, avaliou-se a comunalidade de cada uma das questões. Observou-se a necessidade de exclusão de 06 questões do instrumento, pois apresentaram comunalidade inferior a 0,5.

Assim, com todas as variáveis com comunalidade maior que 0,5, passou-se à determinação dos fatores. Para isso, utilizaram-se os critérios de autovalor e porcentagem da variância total explicada, a qual deve atingir, no mínimo, 60% da variância acumulada (MALHOTRA, 2006). Observou-se que quatro fatores possuíam autovalor superior a 1, os quais, em conjunto, representavam 61,217% da variância e, por isso, puderam ser utilizados. Em seguida, avaliou-se a consistência interna, utilizando-se o indicador de *Alpha de Cronbach*, o qual confirmou a confiabilidade dos construtos teóricos.

Depois, observando-se a tabela de matriz de componente rotativa, a composição dos fatores se deu da seguinte forma: o fator 1, com variância explicada de 43,343%, foi composto pelas variáveis 13, 27, 26, 11, 21, 29, 25, 9, 23, 16 e 22 e foi denominado de “Culpabilização da vítima”; o fator 2, com variância explicada de 8,546%, foi composto pelas questões 18, 17, 19 e 20 e denominado de “Consentimento da violação”; o fator 3, com variância explicada de 4,848%, teve sua composição dada pelas questões 7, 3, 30, 4 e 2, sendo nomeado de “Ideia equivocada de perfil de agressor e vítima”; e o fator 4, teve sua composição com as questões 1, 20, 5 e 12, com variância explicada de 4,479%, sendo nomeado de “Falsas acusações”. A Tabela 1 apresenta as variáveis que compõem cada fator, bem como a variância e a carga fatorial de cada um.

O estudo de Martins *et al.* (2012) teve, em sua análise fatorial exploratória, a composição de cinco fatores, sendo que nenhuma variável da escala foi eliminada. Em consonância com esta pesquisa, a realizada em Portugal teve o fator 1 composto pelo maior número de questões.

Questões		Carga	Variância	Alpha
<b>Fator 1: Culpabilização da vítima</b>				
13	Se uma pessoa se expõe (por exemplo, saindo à noite sozinha ou frequentando locais com má reputação), a culpa é dela, se for vítima de uma agressão sexual	0,787		
27	Se uma pessoa é violada quando está alcoolizada e/ou sob efeito de outras drogas, então, pelo menos uma parte da culpa é dela	0,746		
26	“Quem está na chuva, é para se molhar”, ou seja, quem não quiser ser agredida(o) sexualmente deve evitar expor-se ao risco	0,712	43,343%	0,922
11	Se uma pessoa provoca sexualmente a outra, não pode depois queixar-se de ter sido violada	0,699		
21	Se uma pessoa violada tiver um comportamento sexual “indecente”, então, a agressão sexual é menos grave	0,665		
29	Se uma pessoa não quiser mesmo ser violada, ela consegue defender-se	0,661		
25	Se uma pessoa não resistir fisicamente, então, não se pode dizer que foi vítima de agressão sexual	0,646		
9	Se não for usada violência física, não se pode dizer que o ato sexual foi forçado	0,590		
23	Uma queixa de violação feita dias após o ato, provavelmente, não é verdadeira	0,569		
16	Se uma pessoa não agredir fisicamente nem magoar a outra, então, a agressão sexual é pouco grave	0,559		
22	Forçar o(a) namorado(a) a ter relações sexuais não é violação	0,520		
<b>Fator 2: Consentimento da violação</b>				
18	Algumas pessoas têm o desejo secreto de ser violadas e gostariam que tal acontecesse	0,879	8,546%	0,896
17	Algumas pessoas têm prazer sexual quando são violadas	0,851		
19	Há mulheres que gostam que os homens usem um pouco de força para as convencer a fazer sexo	0,827		
20	Muitas queixas de violação são inventadas quando as pessoas se arrependem do que fizeram	0,671		
<b>Fator 3: Ideia equivocada de perfil de agressor e vítima</b>				
7	Há pessoas que merecem ser violadas	0,738		
3	Só são vítimas de agressões sexuais as pessoas “indecentes”	0,721		
30	Se uma pessoa violada já não era virgem, a violação é menos grave	0,706		
4	Só as pessoas que não conseguem arranjar parceiros (as) é que cometem agressões sexuais	0,614	4,848%	0,785
2	Se uma pessoa já tiver mantido antes relações sexuais com a outra, então não se pode falar de violência sexual	0,613		

Fator 4: Falsas acusações				
1	Os agressores são, quase sempre, desconhecidos da vítima	0,696	4,479%	0,707
20	Muitas queixas de violação são inventadas quando os(as) companheiros(as) expressam o desejo de terminar a relação	0,592		
5	As pessoas dizem que foram vítimas de violência sexual quando querem se vingar de alguém	0,586		
12	A maioria das queixas de violação é falsa ou exagerada	0,543		

Tabela 1 – Questões de cada um dos fatores, carga fatorial e variância explicada

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados da pesquisa (2018).

Para comparar cada um dos fatores, obteve-se a média e desvio-padrão de cada um deles, conforme demonstrado na Tabela 2. O fator 3 (Falsa ideia de perfil de agressor e vítima) obteve a menor média (1,2162) e o menor desvio-padrão (0,36940) indicando conformidade entre as respostas das pessoas participantes. Destaca-se que o fator 2 (Consentimento da violação) foi aquele em que a média (2,0777) e o desvio-padrão (0,83479) foram mais altos. Esses valores permitem identificar que, nas variáveis desse fator, a conformidade de respostas foi a menor, indicando variabilidade maior nas respostas.

Fatores	Média	Desvio-padrão
1 - Culpabilização da vítima	1,4348	,52614
2 - Consentimento da violação	2,0777	,83479
3 - Falsa ideia de perfil de agressor e vítima	1,2162	,36940
4 - Falsas acusações	1,8966	,59598

Tabela 2 – Média e desvio-padrão dos fatores

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados da pesquisa (2018).

Já os dados obtidos nas entrevistas foram agrupados em três categorias: “Conhecimento do tema”, “Práticas e fluxos institucionais” e “Potências e desafios”, conforme apresentado no Quadro 1. Essa categorização foi realizada com base na Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (2016).

CATEGORIAS	ENTREVISTADAS	
	G1	G2
<b>Conhecimento do tema</b>	Tema difícil Depende da avaliação da pessoa que passou pela situação para definir se é assédio sexual, se sentiu-se invadida Assediador às vezes pode ter problema psicológico Dificuldade de diferenciar cantada de assédio É um assunto muito discutido na UFSM	A pessoa precisa sentir se a outra ultrapassou o limite A avaliação pessoal define se foi assédio sexual Não possui conceito técnico sobre o tema Questiona-se sobre o limite de uma cantada

<p><b>Práticas e fluxos institucionais</b></p>	<p>Equipe psicossocial na CQVS          Discussão para criação de um comitê de saúde mental          Denúncia através da Ouvidoria da UFSM          Casos investigados pela COPSIA e a PROGEP aplica a penalidade, se for o caso          Orientam que a denúncia seja formalizada          Não existe padrão no atendimento, depende do que a pessoa assediada deseja          Oferecem o atendimento psicossocial da CQVS nos casos de assédio sexual que pode ocorrer por vontade própria ou encaminhamento da chefia          Normalmente casos de assédio sexual são tratados pela COPSIA          Discussão ampla do tema na UFSM</p>	<p>Normalmente casos de assédio sexual são tratados pela COPSIA          Assunto vem sendo tratado muito mais que antigamente          UFSM é privilegiada por conter tantas discussões sobre o tema</p>
<p><b>Potências e desafios</b></p>	<p>Ainda há falta de coragem para denunciar          Tolerância à violência sexual está diminuindo          Maior coragem atualmente das mulheres em denunciar, devido à ampla discussão e visibilidade de casos ocorridos          Chega para a PROGEP a decisão para aplicação da penalidade, se for o caso          Situação de uma mulher que solicitou troca de setor e não formalizou a denúncia          Mulher na gestão da PROGEP facilita a recepção de mulheres assediadas          Homens na chefia e mulheres não se sentem confortáveis em expor o assédio          Instituição está preocupada com a questão          Remoção da pessoa assediada          Julgamento dos colegas          Equipe psicossocial da CQVS          Ampla discussão do tema na UFSM</p>	<p>Dificuldade em denunciar assédio sexual no trabalho pela exposição da pessoa assediada e julgamento dos colegas          COPSIA tem conceito mais maduro sobre o tema          Pessoas mais críticas sobre o assunto          Gestoras têm discutido muito sobre isso</p>

Quadro 1 – Categorização das respostas das entrevistadas

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos dados da entrevista (2018).

A partir das entrevistas, pode-se perceber que, embora a instituição esteja sensível à temática, há questões que precisam ser aprofundadas para que as mulheres sintam-se seguras para denunciar qualquer caso de violência sexual no trabalho. Assim como em uma denúncia de violência doméstica, é necessária uma rede de atendimento preparada para atuar nos casos de assédio sexual dentro da UFSM, com profissionais da área jurídica, social e da saúde. Essa ausência, na UFSM, pode ter gerado outros casos não denunciados oficialmente, tal como o citado pelas gestoras na entrevista. Uma rede de atendimento serviria tanto para encorajar as mulheres quanto para orientar as chefias quando recebem relatos de casos em seus setores.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados desta pesquisa indicaram baixa tolerância à violência sexual dos servidores e servidoras da instituição. A participação da comunidade acadêmica pode

indicar um interesse no assunto e também retratar a ausência da discussão institucional, apesar dos esforços. Com isso, entende-se que o momento para abordagem da temática do assédio sexual no ambiente de trabalho mostra-se adequado.

Para além de campanhas pontuais sobre assédio, é importante uma conduta institucional que propicie e incentive discussões nos espaços de decisão da Instituição e que cada servidora e servidor, ao assumir um cargo na UFSM, receba a informação de que esta Universidade não tolera o assédio sexual, e que, em caso de ocorrência desse tipo de violência, o processo necessário para investigação e apuração dos fatos será instaurado. A abordagem da temática precisa acontecer nos diferentes espaços para incentivar a reflexão e a criação de uma cultura de não aceitação desta violência ou qualquer outra.

Como limitações do estudo, verificou-se a ausência de pesquisas sobre assédio sexual na área da administração. A partir disso, sugere-se, então, que novas pesquisas possam se debruçar sobre essa questão, em especial a gestão pública.

Quanto a este trabalho, sua continuidade poderia partir da inclusão de dramatizações utilizando vídeos, figuras e/ou descrições de situações que demonstrem situações reais de assédio sexual para que se obtenha uma resposta instintiva das pessoas participantes. Estas respostas então, poderiam ser confrontadas com as obtidas na Escala de Crenças sobre Violência Sexual e analisadas com mais amplitude. E, ainda, outra possibilidade de continuação, seria a ampliação das análises estatísticas que, devido ao grande volume de dados obtidos a partir do questionário da ECVS, não foram esgotadas neste trabalho.

Em suma, no momento político atual, em que proliferam atitudes e declarações que desrespeitam mulheres, homossexuais, indígenas e pessoas negras, muitas vezes protagonizadas por aqueles que deveriam coibir tal desrespeito, a luta das mulheres torna-se ainda mais necessária. Nesse contexto, que põe em risco direitos a duras penas conquistados e dificulta avanços no sentido de novas conquistas, é dever de uma instituição pública federal, ainda gratuita e laica, forçar a discussão das questões das mulheres, em especial o assédio sexual, em busca de uma instituição mais humana e acolhedora.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Vera Regina de. A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. **Revista Sequência**, Florianópolis, v. 26, n. 50, p. 71-102, jul. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15185/13811>. Acesso em: 21 jan. 2019.

ARTIGO 19. **Violência contra a mulher na universidade: um problema invisível**. 2016. Disponível em: <http://artigo19.org/?p=6657> Acesso em: 20 dez. 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. 2. ed. São Paulo: LTr. 2006. p. 905.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. 1940. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm). Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL. **Lei Maria da Penha. Lei n. 11.340/2006**. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. **Assédio Moral e Sexual no Trabalho** (cartilha), 2009. Disponível em: <http://www.sgvs.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/101/2017/03/CARTILHAASSEDIOMORALESEXUAL-web.pdf>. Acesso em: 5 mai. 2017.

CHAUÍ, Marilena. O mito da não violência brasileira. In: **Sobre a violência: escritos de Marilena Chauí**. Itokazu, Ericka Marie; Chauí-Berlinck, Luciana (org.). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

DATAFOLHA, Instituto de Pesquisas. **Assédio sexual no Brasil**. 2018. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/01/11/bfed1c72cc0eff5f76027203648546c5bbe9923c.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2018.

DIAS, Isabel. Violência contra as mulheres no trabalho: O caso do assédio sexual. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Oeiras, n. 57, p. 11-23, mai. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0873-65292008000200002](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292008000200002) &lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 31 maio 2017.

DINIZ, Maria Helena. **Dicionário Jurídico**. São Paulo: Saraiva, 1998.

DINIZ, Maria Ilidiana. **Mulheres como eu, mulheres como as outras: desvelando o assédio moral e sexual no âmbito do trabalho das comerciárias do Estado do Rio Grande do Norte**. 2014. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2014.

FUKUDA, Rachel Franzan. Assédio Sexual: Uma releitura a partir das relações de gênero. **Simbiótica**, Vitória, n. 1, p. 119-135, jun. 2012. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/4512/3516>. Acesso em: 23 nov. 2018.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**. 2010. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2011/02/21/pesquisa-mulheres-brasileiras-e-genero-nos-espacos-publico-e-privado-2010/>. Acesso em: 2 mai. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

HAIR JR. Joseph F. *et.al.* **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HIRATA, Helena. *et al.* (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

INSTITUTO AVON. Pesquisa Instituto Avon / Data Popular. Violência contra a mulher no ambiente universitário. São Paulo: 2015. Disponível em: [http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2015/12/Pesquisa-Instituto-Avon\\_V9\\_FINAL\\_Bx.pdf](http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2015/12/Pesquisa-Instituto-Avon_V9_FINAL_Bx.pdf). Acesso em 10 jan. 2017.

INSTITUTO AVON; FOLKS NETNOGRÁFICA. **A Voz das redes: o que elas podem fazer pelo enfrentamento das violências contra as mulheres**. 2018. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/pesquisa/voz-das-redes/>. Acesso em 21 jan. 2019.

LANDERDAHL, Maria Celeste. Uma caminhada coletiva: utopia ou possibilidade? In: AUTOR?? **Caminhos à gestão de políticas públicas: vivências em gênero e raça**. Santa Maria: SEDUFMS, 2015. p. 25-30.

LIMA, Lana Lage de Gama. Cultura do Estupro, Representações de Gênero e Direito. **Linguagem e Direito**, vol. 4(2), 2017, p. 7-18. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15920.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2019.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MARTINS, Sônia, *et al.* Escala de Crenças sobre Violência Sexual (ECVS). **Análise Psicológica**, Lisboa, v. 30, n. 1-2, p. 177-191, jan. 2012. Disponível em [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0870-82312012000100014&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312012000100014&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 07 out. 2017.

NASCIMENTO, Silvana de Souza. **Cultura do estupro é o apogeu da (falida) dominação masculina**. 2016. Disponível em: <http://jornal.usp.br/artigos/cultura-do-estupro-e-oapogeu-da-falida-dominacao-masculina/>. Acesso em: 21 jan. 2019.

QUEIROZ, Fernanda Marques de; DINIZ, Maria Ilidiana; MELO, Antônia Mônica Souza. **A violência no mundo do trabalho: o assédio moral e sexual na vida das mulheres**. São Luiz: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2011.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Manual para uso não sexista da linguagem: o que bem se diz bem se entende**. 2014. Disponível em: [http://www.spm.rs.gov.br/upload/1407514791\\_Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf](http://www.spm.rs.gov.br/upload/1407514791_Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf). Acesso em: 5 jul. 2017.

ROSA, Alexandre Reis; BRITO, Mozar José de. Ensaio sobre violência simbólica nas organizações. **Organizações & Sociedade**, v. 16, n. 51, art. 2, p. 629-646, 2009.

SILVA, Vitória Régia da. Com campanhas e hashtags, debate online sobre assédio quadruplica nos últimos três anos. **Gênero e Número**, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em <http://www.generonumero.media/com-campanhas-e-hashtags-debate-online-sobre-assedio-quadruplica-nos-ultimos-tres-anos/>. Acesso em: 27 dez. 2018.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

THINK OLGA. **Estupro: a culpa nunca é sua**. 2018. Disponível em: <https://thinkolga.com/2018/06/05/estupro-a-culpa-nunca-e-sua/>. Acesso em: 22 jan. 2019.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil**. 1. ed. Brasília: Flacso, 2015.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acessibilidade Web 158, 159, 160, 161, 167, 168

Aprendizagem Baseada Em Projetos (ABP) 59, 63

Aprendizagem Significativa 28, 33, 114

Assédio Sexual 11, 12, 13, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24

Atuação Profissional 13, 99, 100, 101, 103, 104, 107

Avaliação 9, 21, 28, 47, 49, 59, 62, 63, 65, 67, 69, 71, 72, 96, 97, 98, 100, 114, 118, 119, 120, 124, 125, 128, 136, 138, 140, 141, 144, 151, 156, 167, 169, 174, 181

### D

Deficiência Visual 158, 159, 160, 161, 162, 168, 169

Disciplinarização 59, 60

Docência 26, 30, 36, 67, 107, 108, 122, 123, 124, 125, 131, 132, 133, 134

### E

Educação A Distância 40, 145, 146, 147, 148, 149, 152, 156, 157

Educação Escolar 67

Educação Prisional 110

ENEM 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144

Ensino Básico De Ciências 1

Ensino Superior 7, 8, 36, 67, 111, 124, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 153, 155, 156, 184

Escola 1, 3, 7, 8, 9, 30, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 63, 64, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 102, 112, 120, 121, 123, 126, 129, 130, 131, 132, 133, 136, 147, 149, 171, 172, 173, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184

Experiência 26, 29, 32, 34, 36, 37, 43, 55, 63, 67, 68, 69, 70, 79, 83, 84, 90, 91, 101, 102, 108, 114, 121, 123, 129, 130, 131, 184

### F

Família 2, 45, 46, 49, 50, 51, 52, 54, 96, 130

Feira de Ciências 1, 3, 5, 6

Formação de Professores 99, 100, 105, 108, 122, 127, 131, 134

Formação Inicial 100, 108, 109, 123, 125, 127, 131, 132, 133

### G

Gestão 11, 18, 22, 23, 24, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 77, 78, 80, 81, 82,

92, 93, 134, 142, 146, 147, 149, 150, 156, 157, 164, 171, 173, 175, 176, 177, 183

Gestão Democrática 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58

## I

Inclusão 5, 23, 26, 40, 41, 45, 125, 159, 160, 161, 166, 169, 181, 184

## J

Jogo De Tabuleiro 32, 34, 36

Jovens 1, 3, 4, 6, 7, 8, 63, 69, 102, 106, 113, 120, 135, 138

## L

Literatura 63, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 112, 147, 177

## M

Metodologias Ativas 33, 36, 37, 66

Monitor 30, 33, 34, 36, 43, 148, 149

## P

Participação 5, 7, 13, 14, 16, 22, 26, 28, 29, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 56, 57, 63, 99, 101, 106, 107, 122, 125, 126, 127, 131, 132, 139, 158, 159, 161, 177, 180, 182, 183

Pensamento Computacional 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121

PIBID 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 132, 133

Planejamento Estratégico 77, 78, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183

## Q

Qualidade 1, 3, 6, 8, 9, 29, 42, 45, 46, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 94, 96, 98, 113, 125, 131, 135, 138, 140, 143, 145, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 155, 156, 157, 176, 179, 180

## S

Saberes 26, 29, 30, 33, 36, 61, 64, 66, 95, 99, 102, 105, 108, 123, 126, 128, 129, 132, 133, 134, 176

Saberes Docentes 99, 108, 123

Serviço Especializado 94, 95, 96

Sociologia 24, 30, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 185

## T

Trabalho 2, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 32, 34, 40, 51, 52, 54, 55, 58, 62, 64, 65, 67, 70, 71, 72, 75, 76, 82, 83, 87, 89, 90, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 102, 105,

106, 112, 113, 114, 115, 119, 120, 122, 123, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 136, 137, 138, 142, 143, 150, 157, 160, 164, 166, 171, 177, 178, 181, 182

Transtorno do Espectro do Autismo 94

## U

Universidade 1, 2, 3, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 23, 24, 26, 27, 29, 31, 32, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 45, 67, 75, 76, 82, 84, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 99, 100, 122, 133, 134, 137, 140, 143, 144, 145, 147, 149, 150, 152, 155, 156, 157, 158, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185

## V

Violência Contra as Mulheres 11, 12, 14, 15, 16, 24

## W

Website 38, 39, 40, 41, 42, 43, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 169

 **Atena**  
Editora

**2 0 2 0**